

Eleições para Supervisor Escolar no Município de Foz do Iguaçu: uma abordagem histórica

Elections for School Supervisors in Foz do Iguaçu: a historical approach

Armando Daros Junior

(Monografia para a obtenção do título de especialista em Fundamentos Políticos e Filosóficos da Educação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, sob orientação da Profa. Ms. Denise Rosana de Moraes)



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Introdução

O ponto de partida deste trabalho foi realizar um levantamento histórico do processo de eleição para supervisor escolar na rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu. O interesse pelo assunto originou-se na particularidade de seleção do supervisor, visto que na rede pública estadual de ensino do Paraná, o cargo é suprido por meio de concurso público e na rede municipal de Foz do Iguaçu, ocorrem eleições indiretas desde os anos 80. Em princípio o motivo que originou as eleições foi a falta de pedagogos habilitados para a função, fazendo com que a escola se utilizasse de professores de seu próprio efetivo. O problema que definiu a pesquisa foi: se as eleições foram idealizadas para um determinado momento de faltas de pessoal habilitado, como explicar a permanência desse modelo, mesmo havendo profissionais suficientes?

Uma investigação mais detalhada da pesquisa demonstrou que, apesar da questão técnico-administrativa (necessidade de suprir as vagas) fosse mais evidente, somou-se a ela o contexto histórico no qual se origina e se desenvolve (período de redemocratização do país), e o interesse político (o não confronto com os professores “habitados” à eleição asseguraria a influência político-partidária na escola). Insere-se na questão política, o problema orçamentário, a alegação de que o concurso não poderia ser implementado, pois não haveria recursos destinados a esse fim.

O surgimento do supervisor escolar em Foz do Iguaçu¹

A função de supervisor em Foz do Iguaçu surgiu com a criação da Inspeção Municipal de Ensino em 1968. A primeira Inspetora Municipal, professora A², observa que de início, a supervisão fazia parte das atribuições do órgão central responsável pela educação no município, ainda não havia o cargo de supervisor dentro da escola devido ao pequeno número de alunos, à dificuldade de locomoção e recursos orçamentários escassos. Nesse período, a estrutura era bastante precária e a Inspetora fazia a visita às escolas com um veículo utilizado por todos os setores da Prefeitura. Quando não havia disponibilidade, o 34º Batalhão de Infantaria Motorizado do Exército cedia uma viatura com motorista para acompanhá-la.

Usina de Itaipu, explosão demográfica e ampliação da equipe escolar

A década de 70 foi um período de significativas transformações em Foz do Iguaçu. Em 1969, o município é considerado Área de Segurança Nacional. A construção da usina hidrelétrica de Itaipu, a partir de 1975, dá início a um intenso fluxo migratório de trabalhadores, incluindo aqueles que vieram trabalhar em setores não diretamente relacionados com a obra como serviços e comércio. A população da cidade de 33.970 em 1970 sobe para 136.320 em 1980, conforme apontado por Foz do Iguaçu (1993), resultando numa crescente procura por vagas nas escolas públicas do município. A escola por sua vez, não possuía estrutura física e pessoal suficiente para atender às necessidades imediatas dos recém-chegados. Foi então que o município passou a preocupar-se em aumentar o efetivo da equipe escolar. A escolha do supervisor era feita [de forma improvisada] pela escola, muito mais pela precariedade de apoio da Secretaria do que pela autonomia da escola.

O período de abertura política

Com o término do regime militar em 1985, o país procura restabelecer os canais democráticos e são realizadas eleições diretas para prefeito nos municípios-

¹ Além da análise documental, a pesquisa também foi desenvolvida com base nos relatos orais de cinco secretárias municipais da educação do período entre 1985 e 2007. O critério de escolha das entrevistadas levou em conta a relação de cada uma com a eleições para supervisor no município; a primeira supervisora, a secretária na abertura política, a secretária que regulamentou as eleições e a atual secretária. Seus nomes foram preservados substituindo-os por letras.

² Dados relatados em entrevista com a professora A em março de 2005.

os enquadrados como Área de Segurança Nacional. Um dos resultados dessa luta pela democratização da escola em Foz do Iguaçu são as eleições diretas para diretor das escolas municipais em 1986 (Lei 1.307, dispõe sobre o estatuto do magistério de Foz do Iguaçu e dá outras providências) influenciada pelo modelo que havia sido implantado nas escolas estaduais a partir de 1985³. O diretor torna-se figura chave de influência política na escola, da mesma forma como havia ocorrido no plano estadual.

No início da gestão da professora B, o modelo de nomeação dos supervisores ainda seguia as determinações da Secretaria de Educação, pois, devido a pouca autonomia da escola, a nomeação dos supervisores era feita pela administração central e pelo representante direto dela, o Diretor. As tarefas do supervisor ficam atreladas aos ditames do Diretor da escola, pois sua carreira depende do cumprimento das determinações impostas pela administração central.

A partir da professora B, a nomeação passa a ser desenvolvida da seguinte forma: Ela participava de uma reunião na escola e discutia qual o melhor nome a ser indicado para a função. Era necessário que o nome fosse escolhido a partir do consenso da maioria do professorado. Ainda não se pode, no entanto, caracterizar esse processo como uma eleição direta, pois partia-se de uma lista prévia de indicados pelo diretor e professores da escola. Desta lista prévia e baseados nos critérios estabelecidos pela professora B, os supervisores eram escolhidos. A professora explicou que o processo eletivo foi preferido ao concurso por não existir número suficiente de graduados em Pedagogia, com habilitação em supervisão que viabilizasse a abertura de concurso. Nesse contexto, a professora afirmou que a eleição deveria ter um caráter provisório, até que houvesse profissionais suficientes e habilitados para o cargo.

Segundo a professora C que atuou interinamente como Secretária Municipal da Educação no período entre abril a outubro de 1992⁴, já havia desde o mandato do Secretário Municipal da Educação Carlos Roberto Campana [1988] a vontade de se promover eleições para o cargo de supervisor, mas alguns questionamentos impediram sua concretização: havia um impasse que não foi vencido; ou restringiam-se os votantes aos mais próximos [o corpo docente], garantindo-se, ao menos teoricamente, uma avaliação tecnicamente mais criteriosa

³ De fato, anterior às eleições diretas para diretor, o esquema eleitoral paranaense instituído em 1983 consistia em elaborar pelo voto uma lista tríplex da qual o secretário escolhia o diretor conforme aponta Cunha (1999).

⁴ A professora B afastara-se para concorrer às eleições para vereador em 1992.

dos candidatos ou ampliava-se a eleição a toda comunidade assegurando uma participação mais abrangente. Optou-se pela primeira forma.

O processo de regulamentação das eleições

Até 1995, a escolha do supervisor ocorreu de acordo com as necessidades de cada escola, cada vez que o posto vagava, uma nova escolha era realizada de acordo com o processo organizado pela professora B. Não havia um prazo de permanência no cargo. Se houvesse anuência da escola e da Secretaria, o supervisor permanecia por prazo indeterminado. Nesse sentido, a regulamentação veio a limitar o mandato do supervisor em dois anos. As eleições para supervisor são regulamentadas por decretos municipais⁵, em consonância ao exigido pela lei 1997/1996 que prevê:

Os cargos de Supervisor serão preenchidos por professores com formação em magistério, com graduação em Pedagogia e com habilitação em supervisão escolar ou com habilitação específica de grau superior, em nível de graduação de longa duração, reconhecido oficialmente como licenciatura plena e com habilitação em supervisão escolar, mediante aprovação prévia em concurso público. Até que todas as vagas de supervisores venham a se supridas da forma do *caput* deste artigo⁶, a indicação do supervisor será realizada de acordo com o disposto no decreto municipal nº 10.257, de 30 de outubro de 1995, ou outro que vier substituí-lo, garantindo-se ao supervisor indicado, todas as vantagens inerentes ao cargo de careira do mesmo, como se em exercício estivesse. (Foz do Iguaçu, 1996, art. 61 e inciso 1º).

Observe-se que a legislação em vigor, desde 1996, já prevê a exigência da formação em Pedagogia e concurso público, porém o texto não é suficientemente claro com relação aos limites da processo eletivo. Não existe um prazo ou condição para sua utilização. Segundo o decreto, podem concorrer ao cargo os professores do quadro próprio do magistério, concursado com dois períodos e três anos de efetivo serviço no cargo e/ou professor. Só podem participar como votantes os professores, secretários de escola, instrutores de ensino e professores do projeto Vaga-lume⁷, ocupantes de cargos de provimento efetivo em exercí-

⁵ Para cada eleição, um novo decreto a regulamenta e revoga o decreto da eleição anterior.

⁶ Que prevê o concurso público.

⁷ Projeto de alfabetização de trabalhadores, iniciado em 1997.

cio no estabelecimento de ensino. O diretor não participa [assim como os demais funcionários, pais e alunos], pois sua eleição ocorre simultaneamente.

Segundo a professora D, secretária que regulamentou as eleições, o modelo foi idealizado por ela e sua equipe baseados nos modelos de Londrina e Curitiba e na legislação para a eleição de diretores da rede estadual paranaense.

Perguntado sobre o porquê das eleições, a professora respondeu que era o que *todos* queriam, embora pessoalmente achasse que as eleições não garantiriam a melhoria no ensino e na qualificação profissional e que os professores demonstrassem certo receio pelas eleições, o que evidencia a contradição na sua fala.

A posição da atual gestão municipal em relação à supervisão⁸

Na entrevista com a atual secretária, a professora E considerou necessária a abertura de concurso para a melhoria da qualidade do ensino e profissionalização do quadro docente, mas reiterou que o município não conta com um número suficiente de profissionais habilitados para a supervisão nesse momento⁹, e traz um dado novo, o problema orçamentário: a anterior e atual gestão não definiram recursos orçamentários específicos, embora ela tenha procurado garanti-lo. A professora salientou a necessidade do concurso “aberto”, isto é, não restrito ao quadro de professores do município. Nesse sentido, quando as secretárias anteriores alegaram a falta de profissionais habilitados para abertura de concurso, sempre foi tomada como amostragem os professores da rede municipal em serviço.

A professora relatou que existe um grande medo dos professores de “acomodação” do supervisor no exercício da função, devido à estabilidade no cargo.

Considerações finais

A partir do recorte sobre o processo eletivo para supervisores da rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu, este trabalho pretendeu explicitar as limitações da “democracia na escola” traduzida pelo discurso oficial e embora tenha variado conforme o domínio do poder por este ou aquele bloco partidário, o que torna o discurso homogêneo é o fato dele ter interpretado a democratização da

⁸ Entrevista realizada em 2007.

⁹ Na eleição de 2004, dos 91 supervisores eleitos, 35 possuíam o curso de Pedagogia e 21 pós-graduação em supervisão escolar. (Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação).

escola como um projeto possível de ser implantado “de cima para baixo”. O modelo de eleição proposto pelo poder público demonstrou-se danoso por não avançar no envolvimento da escola na busca de reflexão sobre o processo; a falta de uma discussão mais ampla, que envolvesse a comunidade escolar e a sociedade resultou numa visão estereotipada sobre a eleição: a idéia de que o supervisor concursado é um intruso que vem de fora para vigiar, interferir e por fim, acomodar-se pela estabilidade do emprego. A falta de [vontade de] articulação entre Poder Público e sociedade resultou numa ausência no que toca conscientização e mobilização sobre a necessidade de formação e qualificação dos profissionais da escola. Um dos exemplos dessa falta de estímulo foi a demora na implantação de cursos de nível superior que atendessem os requisitos necessários para ocupação do cargo de supervisor escolar. O primeiro curso de Pedagogia na cidade iniciou suas atividades em 2000 e a ele somaram-se outros.

Percebe-se a dificuldade da Secretaria de Educação em se articular com o os demais órgãos do Poder Executivo e Legislativo na obtenção de recursos orçamentários para a educação, o que não deixa de evidenciar uma determinada postura política das sucessivas gestões públicas com relação à educação municipal.

Nesse contexto de múltiplos determinantes, cabe ressaltar que o princípio da “democratização da escola” tem servido como base do discurso político da administração pública na manutenção do processo eletivo para supervisores, porém a pesquisa procurou exibir quão frágil esse argumento tem-se mostrado. A democracia nos moldes do discurso oficial tem estado restrita àqueles que fazem parte da zona de influência do poder público: a equipe escolar da rede municipal

É importante que, eleição ou concurso, sejam resultado do amadurecimento da democracia participativa da coletividade, entendendo a democracia conforme Bobbio apud Cunha (1999) seja um movimento de participação cada vez mais ampla dos envolvidos.

Referências

CUNHA, L. A. Educação, estado e democracia no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FOZ DO IGUAÇU. Secretaria municipal de educação.x Foz do Iguaçu: coletânea de dados. Curitiba, PR: Módulo, 1993.

_____. Lei 1.997 de 13 de março de 1996. Dispõe sobre a reorganização dos servidores públicos da prefeitura de Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/advancedsearchnew2.pl>. Acesso em: 28 nov. 2004.

Armando Daros Junior
Especialista em Fundamentos Políticos e Filosóficos da
Educação e Professor da Universidade Estadual do
Oeste do Paraná (UNIOESTE)
E-mail: darosjr@gmail.com
